

» Entrevista | **LEILA BARROS (PDT-DF) | SENADORA**

Parlamentar da CPMI do INSS afirma que envolvidos nas fraudes vão para a cadeia. Segundo ela, as atividades avançarão, apesar do “clima de Fla x Flu” na comissão

“Vamos ter, com certeza, os culpados presos”

» LETÍCIA CORRÊA

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press

Integrante da CPMI do INSS, a senadora Leila Barros (PDT-DF) se disse confiante de que, até o fim dos trabalhos, envolvidos nas fraudes vão para a cadeia. “O objetivo geral é punir os culpados e resgatar o que for possível dos recursos roubados”, ressaltou, em entrevista aos jornalistas Adriana Bernardes e Marcelo Agner, no programa CB.Poder, parceria entre o Correio e a TV Brasília. “Para além da investigação da CPMI, a gente tem uma investigação na Polícia Federal, que certamente virá à tona. Vamos ter, com certeza, culpados presos”, reiterou.

A senadora reconheceu, porém, o desafio de levar à frente uma investigação em meio ao “clima de Fla x Flu” que domina a comissão, com guerra de narrativas, turbinada pela proximidade das eleições. “A tendência é de piorar em termos de agressividade e de confrontos”, disse.

Com pouco mais de dois anos de mandato pela frente, Leila admitiu o interesse em ocupar o Palácio do Buriti. “Quero muito governar Brasília, mas acredito que, pelo trabalho realizado, cabe-me muito defender esse trabalho e buscar a reeleição”, afirmou.

A parlamentar também comentou sobre flexibilizações na Lei da Ficha Limpa, que podem viabilizar o retorno, por exemplo, do ex-governador José Roberto Arruda, hoje inelegível. “O último hospital que nós tivemos construído no DF foi o de Santa Maria, no governo Arruda. A implementação do metrô, que a gente espera a ampliação das linhas e até hoje não saiu do papel, foi dele. Existe no imaginário da população essa eficiência do governo Arruda”, disse. A seguir, os principais trechos da entrevista.

As sessões da CPMI do INSS têm sido tensas. Inclusive, houve um desentendimento entre a senhora e outra parlamentar. Qual é a sua expectativa para o decorrer dos trabalhos?

A gente tem vivido um clima de Fla x Flu dentro da CPMI. E, é claro, tive uma indisposição com a parlamentar. Não fico feliz, até porque é mulher. Isso mostra um pouquinho do que ainda está por vir dentro da CPMI, uma guerra de narrativas, faltando um ano para a eleição. Então, é natural que os nervos afluem, até porque a tentativa de todos nós ali, pelo menos da minha parte, é fazer justiça a aposentados e pensionistas. A tendência é de piorar em termos de agressividade e de confrontos.

Como é possível controlar o embate de forças políticas na CPMI para investigar corretamente o escândalo?

Isso vai partir do bom senso de cada parlamentar. Eu, particularmente, não estou ali para agredir ninguém. Quero dar luz à verdade. Certamente tem muita gente dentro daquela CPMI — é muito claro para quem acompanha — que está fazendo daquilo ali um palanque. Muita gritaria, uma exposição



É natural que os nervos afluem, até porque a tentativa de todos nós ali, pelo menos da minha parte, é fazer justiça a aposentados. A tendência é de piorar em termos de agressividade”

desnecessária. A maioria deles vai utilizar aquilo como palanque político. Mas tenho certeza de que há parlamentares que estão querendo fazer um bom trabalho, fazer justiça e recuperar esses recursos.

Em que a comissão tenta avançar?

Ninguém tem dúvida de que é uma fraude histórica. Não é deste governo, não é do primeiro governo Lula, é um processo que vem se arrastando e que a gente sabe que existe uma falha sistêmica no próprio processo de estruturação, de fiscalização, de acompanhamento, além da questão da omissão. Apesar das falhas estruturantes, existe um processo dentro da própria investigação que nenhum de nós tem dúvidas de que governos foram alertados, ministros foram avisados, secretários foram avisados. De alguma forma, não se atentaram ou não buscaram entender, de fato, o que estava acontecendo dentro do próprio INSS, dentro do próprio ministério. Isso a gente só vai ter a real dimensão do escândalo com a investigação.

Avalia que, até o fim desta CPMI, pessoas serão presas?

Eu espero. O que eu tenho ouvido é que isso é o objetivo geral: de punir os culpados e resgatar o que for possível em termos de recursos que foram roubados, para que eles voltem aos cofres públicos. Tenho, sim, uma expectativa. E, para além da investigação da CPMI, a gente tem uma investigação na Polícia Federal, que certamente virá à tona. Vamos ter, com certeza, culpados presos.

Como está sendo a integração da CPMI com a Polícia Federal e o STF?

Poderia estar avançando mais.

que o bom senso prevaleça e que a gente possa, numa ampla frente, fazer jus a essa expectativa de vir forte nessa eleição, unidos, para buscar o melhor governo para o Distrito Federal.

O presidente Lula vetou trechos do projeto que muda a Lei da Ficha Limpa, entre os quais, o que reduzia o intervalo mínimo para fichas sujas se colocarem de novo como candidatos. Avalia que o Congresso pode derrubar esse veto, trazendo a possibilidade de nomes como o ex-governador José Roberto Arruda entrar nessa disputa?

Na minha cabeça, há um ano, quando a gente tratava dessa questão de mexer na Lei da Ficha Limpa, eu achava praticamente impossível que se tornasse prioridade na pauta do Congresso. Ela aconteceu, e foi aprovada. Então, não posso dizer que o Congresso pode manter ou derrubar, tudo é possível. No Senado, a mexida nessa lei teve 50 votos a favor. Para você ver como existe uma expectativa em torno da volta dessas figuras ao cenário político, porque não estamos falando só do Arruda. Estamos falando de outras figuras em nível nacional. O próprio ex-governador Garotinho, no Rio de Janeiro, e há outras. Existe um interesse de forças políticas de que esses personagens retornem ao cenário. E em Brasília não é diferente. Vocês podem buscar até pela própria votação que teve da bancada federal.

Como seria o cenário com a eventual volta de Arruda à disputa?

É um xadrez que se torna complexo com a volta dele, até porque o perfil do Arruda é mais centro. Ele pode ser, de alguma forma, importante para ambos os polos. E foi governador. O último hospital que nós tivemos construído no Distrito Federal foi o de Santa Maria, no governo Arruda. A implementação do metrô, que a gente espera a ampliação das linhas e até hoje não saiu do papel, foi dele. Existe no imaginário da população essa eficiência do governo Arruda com relação à gestão. Como falei, há forças políticas que querem o retorno desses personagens.

Assim como querem a anistia?

Assim como querem anistia, como foi a PEC da Blindagem, colocando os políticos acima da lei. Obviamente, um absurdo aquilo, que nos envergonha. Mas passou na Câmara, e claro que o Senado teve o bom senso de engavetar. Então, a gente vive uma absoluta inconstância e uma imprevisibilidade dentro do cenário político.

A Comissão Mista de Orçamento do Congresso aprovou um fundo eleitoral de R\$ 4,9 bilhões para o ano que vem. A senhora acredita que vai avançar?

Podemos avançar, porque existem inúmeros interesses, mas, desta senadora, não terá voto e apoio.

***Estagiária sob a supervisão de Cida Barbosa**

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br

Maurenilson Freire



Imposto de Renda zero para classe média pode alavancar o governo Lula

A pesquisa PoderData, realizada entre 27 e 29 de setembro, mostra que a diferença entre a aprovação do governo Lula (44%) e a desaprovção (51%) está diminuindo progressivamente. Embora separadas por apenas sete pontos percentuais, número que pode parecer ainda desfavorável, o levantamento mostra uma tendência inequívoca de virada do governo. Em maio, a diferença era de 17 pontos; em julho, recuou para 11; e agora, em setembro, para 7.

Mantida a trajetória, Lula ficará muito próximo de inverter essa relação, o que o colocaria, pela primeira vez neste mandato, em posição de franca vantagem sobre seus possíveis concorrentes: os governadores de Goiás, Ronaldo Caiado (União); do Paraná, Ratinho Junior (PSD), e de Minas, Romeu Zema (Novo). Essa tendência também explica a decisão de o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), anunciar que pretende concorrer novamente ao Palácio dos Bandeirantes. Bolsonaroista raiz, era o único nome capaz de unir a oposição, mas enfrentou a resistência dos filhos do ex-presidente Jair Bolsonaro, que está inelegível e condenado a 27 anos e três meses de prisão. Querem que alguém do clã seja candidato.

Um dos elementos catalisadores dessa mudança, segundo a pesquisa, foi a inesperada declaração do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, durante a Assembleia Geral da ONU, de que gosta do presidente Lula. Ao reconhecer “boa química” com o petista, Trump abriu espaço para um degelo diplomático após o tarifaço de julho que abalou as relações bilaterais. A narrativa do Planalto, que até então era de dura resistência ao protecionismo norte-americano, pôde ser suavizada pela negociação, sem parecer capitulação.

O gesto simbólico de menos de um minuto nos bastidores da ONU, quando Lula e Trump se encontraram, funcionou como sinal de que o Brasil não está isolado. Lula soube capitalizar esse movimento e transmitir a imagem de estadista capaz de dialogar até com adversários mais implacáveis. A estratégia de comunicação do governo também tem sido decisiva. Caiu no colo de Lula uma pauta robusta: a defesa da soberania contra as tarifas e, ao mesmo tempo, contra ingerência de Trump no julgamento do ex-presidente Jair Bolsonaro.

Enquanto o nacionalismo econômico e o combate ao golpismo favoreceram Lula, a atuação do deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) e do influenciador bolsonarista Paulo Figueiredo a favor das sanções foi corrosiva para a oposição. Tarcísio, que no primeiro momento apoiou as retaliações de Trump, saiu muito desgastado desse episódio e abriu espaço para a consolidação de outras candidaturas de direita. Quem mais avançou na sua praia preferida, a turma da Faria Lima, foi Ratinho Junior. O favoritismo favoreceu Lula porque evitou um confronto direto com Tarcísio, como faria o famoso general chinês Sun Tzu, ao menos por enquanto. A melhor estratégia é vencer o opositor a se retirar do campo de batalha.

Dividendos imediatos

O fator externo, uma variável imprevisível, acabou sendo decisivo para a recuperação de Lula até agora. Fortaleceu sua base social, ampliou a empatia de parte do eleitorado de centro e neutralizou críticas sobre sua política externa. Entretanto, o que pode mesmo virar o jogo são as variáveis internas. Por isso, a ampliação da faixa de isenção do IR para até R\$ 5 mil mensais e parcial para até R\$ 7,5 mil pode representar o ponto de inflexão definitivo.

Promessa de campanha de 2022, a medida beneficia diretamente mais de 26 milhões de contribuintes — 65% dos declarantes. Hoje, quem ganha R\$ 5 mil paga R\$ 335,15 de imposto mensal. Com a mudança, esse valor ficará integralmente no bolso do trabalhador. Casos práticos, como o de uma professora que economizará quase R\$ 4 mil por ano, tornam a decisão política exequível, fácil de comunicar e popular.

Ao mesmo tempo, o projeto introduz uma tributação mínima sobre super-ricos: até 10% sobre rendimentos anuais acima de R\$ 600 mil. O governo também pretende avançar na linha da OCDE ao criar um imposto global de 15% sobre lucros de multinacionais. O discurso eleitoral será óbvio: aliviar o peso sobre a classe média e cobrar mais dos que concentram renda. Essa equação de justiça tributária tem forte apelo social e político. Aprovada, pode ser apresentada como “virada histórica” na correção de uma das maiores distorções do sistema brasileiro: a concentração de renda e a perpetuação das desigualdades sociais.

Não por acaso se instalou uma disputa entre o deputado Arthur Lira (PP-AL) e o senador Renan Calheiros (MDB-AL) sobre a paternidade da aprovação da mudança no Congresso. Mais do que uma rivalidade regional (Alagoas), é uma disputa entre a Câmara, cujo presidente, Hugo Motta (Republicanos-PB), vinha se demonstrando mais alinhado com a oposição do que com o governo, e o Senado, onde Davi Alcolumbre (União-AP) opera como uma barreira de contenção das tentativas de desestabilização do governo por parte da oposição.

Lula colherá dividendos imediatos, quando nada porque conseguiu reverter a pauta tóxica da oposição bolsonarista, graças à mobilização popular contra a PEC da Blindagem, um tiro no próprio pé do presidente da Câmara e seu colégio de líderes. Entretanto, como o Brasil não é para principiantes, o perigo é aprovar a ampliação da faixa de isenção do Imposto de Renda e não taxar os mais ricos, como é a tradição histórica. Seria uma bomba fiscal capaz de provocar mais inflação e impedir a redução da taxa de juros em 2026, o ano das eleições.

Evento debate comunicação pública

Robson Cesco

O ministro-chefe da Secretaria de Comunicação da Presidência da República, Sidônio Palmeira, participou, ontem, do Repcom Brasília, evento dedicado a discutir comunicação pública e gestão de reputação. O encontro reuniu ministros, gestores públicos e especialistas para compartilhar experiências sobre boas práticas e desafios atuais do setor. Entre os destaques da programação, estavam Karla Rubilar, ex-ministra chilena que atuou durante a onda de protestos sociais recentes no Chile; e Roger Fisk, estrategista das campanhas eleitorais do ex-presidente norte-americano Barack Obama.



repcom
FSB